



*Ata de análise da representação administrativa apresentada pela empresa DUDU 91
SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA.*

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às 09:00 horas à Rua Coronel Madureira, nº 77, Centro, Saquarema, reuniu-se a Comissão de Pregão sob a Presidência do Senhor Leonardo André C. J. Simões, estando presentes os demais membros: Waldir Carneiro de Souza Júnior, Jorge Luiz Pereira de Matos da Silva, Flavio Fernandes José da Silva, Caroline Santos Ramos Marinho e Ricardo Sodré Aguiar, nomeados através da Portaria nº 406 de 03 de setembro de 2018, para julgamento da representação administrativa apresentada pela empresa DUDU 91 SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA, processo nº. 18.472/2018, sendo do Processo de Origem nº 10.323/2018 – Pregão Presencial nº 058/2018. Iniciado os trabalhos, trata o presente processo de apresentação de Representação Administrativa proposto pela empresa DUDU 91 SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA, inscrita sob o CNPJ nº. 07.366.965/0001-41, já qualificada apresentada à fl. 02. Em parte, alega o representante o que se segue: “Sucedo que não pôde ser habilitada no certame, sob alegação de não cumprir o disposto no item 19.6 do edital, ou seja, apresentou o anexo III (declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação) sem firma reconhecida por autenticidade em cartório.” Ampara-se em citações diversas, e ao final requer que seja declarado nulo o julgamento das propostas em todos os seus termos, classificação e adjudicação;” e ainda, que o julgamento da Comissão seja: “...considerando a habilitação da recorrente para participar das próximas fases.”. O Pregoeiro encaminhou o presente processo de Representação Administrativa para manifestação da Procuradoria Geral do Município. Assim, se manifestou a PGM. Vejamos, parte: “*O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas. Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, verbis: Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, **ao qual se acha estritamente vinculada**. Assim, em prosseguimento, se manifesta ainda, a PGM. Cito: “A Lei de Licitações e Contratos, em seu §1º do art. 41¹, também é claro nesse sentido, dando a qualquer cidadão o direito de impugnar o Edital. Acontece que, o Licitante não apresentou qualquer impugnação ao Edital, assim sendo, o Edital deve ser seguido à risca, tornando-se Lei para os licitantes, respeitando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, consagrado no art. 3º da Lei 8666/93 e no art. 6º do Decreto Municipal nº 1383/2014. Desta forma, decai o direito à impugnação do edital, independentemente do vício existente, caso inerte o interessado até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes. Assim sendo o item 19.6, está em perfeita consonância com a Lei 8666/93, com sua*



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Saquarema

Departamento de Licitações e Contratos



validade a ser aplicada na presente licitação. Ademais, a Lei trazida como base para seu recurso não revogou os artigos da Lei de Licitações, as quais permanecem vigentes, portanto, entendo que não urge razão ao recorrente, devendo seu recurso ser julgado improcedente. Por tudo isto, nos termos do parecer jurídico, entende a comissão que não assiste razão a empresa em sua representação. À consideração superior. Não havendo mais a acrescentar foi encerrada a sessão às 10:00hs, da qual eu Leonardo André C. J. Simões, lavrei a presente ata.

Saquarema, 07 de dezembro de 2018.

Leonardo André C. J. Simões
Pregoeiro

Jaqueline Gouveia da Silva

Ricardo Sodré Aguiar

Flávio Fernandes José da Silva

Waldir Carneiro de Souza Junior

Caroline Santos Ramos Marinho

Jorge Luiz Pereira de Matos Silva